

PALÁCIO DO PLANALTO, BRASÍLIA, DF, 14 DE AGOSTO DE 1996

*Senhores Ministros de Estado aqui presentes; Senhores Governadores que hoje nos honram com a companhia; Senhores Oficiais-Generais do Alto Comando; Senhores Oficiais-Generais promovidos; Senhoras e Senhores;*

É com muito prazer que presido esta cerimônia de apresentação dos Oficiais-Generais promovidos recentemente, a quinta no meu Governo. Sei perfeitamente o significado desta ascensão para os senhores, para suas famílias, pois desde menino ainda e, depois, adolescente, acompanhei a trajetória do meu pai na carreira, com todas as alegrias e vicissitudes que a peculiarizam.

Vem daquela época o meu conhecimento dos valores caros à profissão militar: a disciplina, a hierarquia, a lealdade, a camaradagem, a autoridade, o dever, que marcam fundo os nossos oficiais, os nossos soldados e todos aqueles que têm proximidade com as Forças Armadas e com esses valores. Impressiona-me como a geração de militares profissionais absorve os valores das gerações que a antecederam, num processo contínuo, e até mesmo autocorretivo, que dá à natureza permanente das Forças Armadas a sua base.

E, agora, são os senhores que estão ocupando as posições do topo da hierarquia e que conduzem essa continuidade, essa perenização, com o equilíbrio e com a serenidade dos que transformam em sabedoria a longa caminhada da experiência. E essa talvez seja a sua principal missão como chefes maiores da instituição militar brasileira: zelar pelos princípios éticos básicos, demonstrando aos mais jovens, por meio da palavra e do exemplo, que o respeito aos valores da profissão deve preponderar sobre os impulsos individuais que possam arranhá-los.

Eu já disse em outras ocasiões que a promoção de um oficial-general representa a lei do mérito, um investimento da Nação na sua própria segurança e uma declaração de confiança que a Nação reitera através do Presidente da República. É o aval, a forma pela qual as Forças Armadas moldam a personalidade militar dos oficiais e consolidam o seu caráter. A sociedade tem a certeza de que a escolha que os colocou no cimo recaiu sobre os guardiões da preeminência dos interesses nacionais, conscientes da responsabilidade de sobrepô-los a quaisquer outros interesses.

Meus caros comandados, a marcha do País para o futuro vem contando com a segurança que essas instituições militares produzem, a despeito de restrições materiais e ajustes orçamentários, infelizmente indispensáveis e necessários. É a quinta vez provavelmente que eu digo isso, e temo continue a dizê-lo pelo meu mandato afora, porque são as circunstâncias do Brasil.

É a sua maneira exemplar de cooperar nesse gigantesco esforço do qual participamos todos os brasileiros. Os resultados positivos já se prenunciam, e a meta de construir o Brasil socialmente justo beneficiará também a todos.

Como fiz em outras ocasiões, eu queria aproveitar, embora brevemente, esta oportunidade para reiterar esse sentimento, que, tenho certeza, é compartilhado por todos.

Os primeiros resultados, nós verificamos em pesquisas feitas pelo IBGE, mostram que, efetivamente, com todas as dificuldades, conseguimos manter a estabilização e aumentar o bem-estar das popula-

ções mais carentes. Se houve dados que nos últimos meses me deixaram mais motivado para continuar na ação empenhada em que me encontro, foram os relativos ao aumento do consumo, até mesmo de bens duráveis, por aqueles que recebem até dois salários mínimos. São milhões de brasileiros que começam a ter acesso ao mercado.

Assim, outros dados mostraram, e os senhores sabem disso, que, com a estabilização, nas seis principais cidades do Brasil, 5 milhões de pessoas atravessaram a linha da pobreza, passaram estatisticamente para uma situação melhor. Não adianta apenas crescer a economia: é preciso que, ao mesmo tempo, a economia cresça e a maioria seja favorecida. E a maioria, no Brasil, tem uma grande desvantagem: ela não é vocal, só os grupos organizados têm a capacidade de falar, de defender seus interesses, de protestar. Interesses, muitas vezes, legítimos. Mas a maioria que se beneficia com uma política mais conseqüente, coerente, não tem sequer condições de se expressar. E, muitas vezes, aquilo que não é o interesse da maioria aparece como se fosse, em detrimento dos objetivos, realmente fundamentais, de uma sociedade mais solidária.

Tenho a convicção de que, daqui por diante, haverá melhores condições para que as pessoas percebam que o caminho do desenvolvimento requer participação maior, sobretudo dos mais pobres da sociedade. E os caminhos do desenvolvimento não se alcançam por nenhum milagre, mas pelo trabalho. Sobretudo o que hoje, na linguagem contemporânea, se utiliza como capital humano – a expressão é ruim, “capital humano” – na verdade é fundamental, ou seja, prestar atenção às condições da educação, da saúde, ao investimento no aperfeiçoamento das potencialidades de cada indivíduo.

São processos lentos, processos difíceis de serem até mesmo percebidos. Uma alteração na política educacional leva muitos anos para que seus efeitos possam ser sentidos pela sociedade. Mas isso não nos exime – nem aos senhores que têm posição de comando – da responsabilidade de, ao percebê-las, apoiar essas modificações e não ceder aos impulsos demagógicos, populistas de conceder hoje o que vem em detrimento do amanhã. Nosso caminho tem que ser uma cons-

trução sólida, uma construção tranqüila, uma construção com um rumo definido, com correção de rumo quando necessário, mas com a convicção de que não é o imediato que tem de ser atendido: é o necessário, é o fundamental, para que as gerações atuais e futuras possam continuar sendo capazes de se sentirem orgulhosas do país em que nasceram.

É importante manter esse norte sempre em mente no exercício das suas chefias e comandos, e de apontá-lo aos seus subordinados. Peço que recebam, juntamente com as dignas famílias, meus cumprimentos pessoais em nome da Nação. Que sejam muito felizes.

Muito obrigado.